

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019.
(Do Sr. ROBERTO DE LUCENA)

Requer informações ao Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, sobre a situação dos imóveis da União, inclusive os pertencentes ao INSS.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor Ministro da Economia, Senhor Paulo Guedes, pedido de informações a respeito dos imóveis da União, inclusive os pertencentes ao INSS, respondendo, no mínimo, aos seguintes quesitos:

1. Qual o endereço de cada um dos imóveis da União com o respectivo nome do ocupante e a natureza da ocupação e uso, inclusive dos imóveis pertencentes ao INSS?
2. Qual o valor total de mercado desses imóveis em 31/12/2018 e qual a remuneração recebida pela União por cada um deles?
3. Quais são e qual a localização dos imóveis que estão desocupados?
4. Qual o valor total de mercado dos imóveis desocupados em 31/12/2018?
5. Quais os imóveis que foram vendidos nos últimos cinco anos e qual o valor arrecadado?
6. Qual o status da implantação do SPUnet e qual o nível de controle e atualização das informações referentes a imóveis da União em tempo real?
7. Quais providências foram tomadas visando sanar as inconsistências nos dados dos imóveis apontadas por auditoria do Tribunal de Contas da União?

JUSTIFICAÇÃO

Dados do próprio Governo Federal indicam a existência de mais de seiscentos e cinquenta mil imóveis cadastrados nos sistemas da SPU - Secretaria do Patrimônio da União, dos quais 33.238 estão cadastrados como de uso especial (usados para atividades administrativas e prestação de serviços públicos) e 179 são prédios desocupados.

Auditoria realizada pelo TCU identificou inconsistências na base de dados e o Governo anunciou que a partir de janeiro de 2019 os sistemas seriam substituídos pelo SPUnet.

Os últimos números divulgados davam conta de que o valor desses imóveis totalizava R\$ 68 bilhões, que o gasto do governo com aluguéis para acomodar órgãos públicos atingiu R\$ 1,56 bilhões enquanto recebeu aproximadamente a metade disso, R\$ 795,1 milhões, pela locação de imóveis próprios para terceiros. Isto sem contabilizar os prédios abandonados.

O TCU também constatou inconsistências nos dados de aproximadamente 596 mil imóveis e determinou à SPU que apresentasse plano de ação para sanear as irregularidades encontradas.

Diante do exposto apresento esse Requerimento de Informação e solicito com máxima urgência as informações.

Sala das Sessões, em 06 de março de 2019.

Deputado ROBERTO DE LUCENA
Podemos/SP